

Reunião da Assembleia Municipal de Faro no dia 2019-06-28 – MOÇÃO

GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE FARO

Considerandos:

- Com o Edital 159/2018, de 14 de novembro de 2018, relativo ao PROGRAMA DE CONCURSO POR INSCRIÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, iniciou-se um processo visando o arrendamento urbano, em regime de renda apoiada, de habitação social e, sempre que se verificasse a existência de habitações em condições de serem atribuídas, estas eram consideradas fogos a concurso.
- Ainda segundo o Edital 159/2018, após apuramento da lista de classificação final homologada, a atribuição da habitação social será concretizada pela Câmara Municipal de Faro, mediante deliberação tomada em reunião.
- Por outro lado, de acordo com regulamento próprio já publicado (Regulamento de Alienação de Habitações Sociais do Município de Faro), é possível aos arrendatários de habitação social municipal candidatarem-se, no quadro das condições regulamentares estabelecidas, à aquisição dos fogos em que habitam.

Deliberação:

A Assembleia Municipal de Faro, reunida em 28 de junho de 2019, delibera solicitar à Câmara Municipal de Faro a seguinte informação escrita:

- 1.º - Lista de Hierarquização das Candidaturas Homologada.**
- 2.º - Número de fogos atribuídos a partir do Edital 159/2018.**
- 3.º - Número de fogos em condições de serem atribuídos.**
- 4.º - Quantos arrendatários, após a entrada em vigor do Regulamento aplicável, já concretizaram a compra da sua habitação social.**
- 5.º - E quantos arrendatários se candidataram e não concretizaram a compra da sua habitação social.**

Faro, 28 de junho de 2019.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro.

RECOMENDAÇÃO

Acesso para consulta aos assuntos da Ordem do Dia das reuniões da Câmara Municipal de Faro

Considerando que:

- Uma das competências de apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal consiste em acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal.
- O conhecimento por parte dos membros da Assembleia Municipal dos assuntos que constam da Ordem do Dia das reuniões da Câmara Municipal, em particular das propostas que vão ser analisadas, discutidas e votadas nessas reuniões, é um contributo importante para o cumprimento da missão de acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal.

A Assembleia Municipal de Faro, reunida em 2019-06-28, delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal de Faro que habilite os membros da Assembleia Municipal de Faro a aceder aos assuntos que constam da Ordem do Dia das reuniões da Câmara Municipal de Faro, em particular às propostas que vão ser analisadas, discutidas e votadas nessas reuniões.

Faro, 2019-06-28.

Os Eleitos da CDU.

27/06/2019
152
Gumilay



Moção

Reconhecimento do Núcleo Piscatório da Culatra

No passado dia 21 de junho de 2019, o Governo assinalou com uma cerimónia simbólica na Ilha da Culatra em que estiveram presentes o Ministério do Ambiente e da Transição Energética e o Ministério do Mar a entrega dos 10 primeiros títulos habitabilidade aos pescadores daquele núcleo piscatório.

Os moradores podem por fim viver nas suas casas, sem o fantasma das demolições, 350 famílias já entregaram o pedido de Título e 190 famílias já se encontram com o seu pedido tratado.

A atribuição destes títulos é resultado da luta dos moradores da Culatra, dos autarcas de Faro e do empenho dos deputados do Partido Socialista eleitos pelo Algarve na Assembleia da República que nesta legislatura viram aprovada por unanimidade uma recomendação ao Governo na defesa do reconhecimento do núcleo da Culatra e dos direitos dos pescadores, viveiristas e mariscadores e muito em particular do Governo liderado pelo Primeiro-ministro António Costa que ao alterar a Lei da Água, com o apoio de todo o Parlamento Português, criou as condições legais para a emissão de títulos para as habitações dos culatrenses.

É com grande orgulho que a Bancada do Partido Socialista verifica que o trabalho de todos, populações, autarcas, deputados, membros do Governo, permitiu finalmente aos moradores da Ilha da Culatra passar a viver nas suas casas por direito, continuarem ligados à pesca, à Ria Formosa e ao marisqueiro.

O Partido Socialista de Faro, os culatrenses e as suas famílias, não desistiram da luta pela defesa de um futuro para a ilha, com mais equipamentos e melhor planeamento.

Os eleitos do Partido Socialista de Faro, de forma sistemática, na Câmara Municipal, nesta Assembleia Municipal, tentaram defender sempre os direitos dos moradores da Ilha da Culatra.

Importa realçar a dedicação da direção da Associação de Moradores da Ilha da Culatra, que sempre respeitaram e defenderam o meio onde vivem e de onde são, dando os melhores exemplos, inovando e surpreendendo sempre pela afirmação da cidadania para o futuro.

A Assembleia Municipal de Faro reconhece a entrega de todos e agradece ao Governo o cumprimento da palavra dada e o reconhecimento dos direitos históricos dos pescadores do núcleo da Culatra.

Faro, 24 de junho de 2019

A Bancada do Partido Socialista



GRUPO MUNICIPAL

RECOMENDAÇÃO

27.06.2019
(Comitê) **Campanha de Esterilização de Animais (2019)**

Partindo de uma das medidas do PAN para o Orçamento de Estado de 2018, onde foi aprovado um apoio financeiro no montante global de 500 000 EUR para a promoção de uma **campanha nacional de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia**, a mesma renova-se em 2019, tal como inscrito no despacho n.º 2301/2019. Assim até 30 de novembro de 2019 a Câmara Municipal de Faro tem ao seu dispor até 15 000 € para poder aplicar nesta campanha.

É de notar que a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes é a forma privilegiada de controlo ético da sua população e aquela que assegura a eliminação do recurso à eutanásia já não permitida por lei.

Considerando que Faro precisa urgentemente de lidar com os seus animais na rua, deve esta medida ser associada também à aplicação do Programa CED (Capturar, Esterilizar, Devolver), regulamentada no artigo 9º da portaria n.º 146/2017.

Sabendo que muitos dos animais errantes no município são resultado de abandonos por falta de condições financeiras para esterilizar por parte dos seus detentores, sugere o PAN que os munícipes mais carenciados possam ter também acesso à mesma e que se aproveite ainda para fazer chegar à população em geral fortes campanhas de sensibilização para a esterilização, não abandono e adoção de animais de companhia.

Esta é a única forma de garantir que o futuro Centro de Recolha Oficial de Animais de Faro não venha a ser apenas um repositório de animais que ninguém quer, mas sim um sítio de passagem até que os animais encontrem melhores condições de vida junto de humanos conscientes.

Relativamente à campanha de 2018, dos 500 mil euros disponíveis só cerca de 65 mil, 13% do valor total, foram atribuídos por falta de candidaturas (!) Fazendo com que, mais do que um problema de meios financeiros, esta seja uma questão de vontade política.

Em face do exposto, e considerando que Faro enquanto capital de distrito deve liderar oferecendo o exemplo de boas práticas de bem-estar animal, propomos que a Assembleia Municipal de Faro, na sua Sessão Ordinária de 22 de Abril, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro a adesão a esta campanha de esterilizações, bastando para tal preencher os formulários na página oficial da DGAV, (Direção-Geral de Agricultura e Veterinária).

Faro, 18 de Abril de 2019

Pessoas - Animais – Natureza
(GM PAN)

Paulo Baptista

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Faro, Morada, Praça José Afonso, 10 r/c, 8000-173 Faro, Portugal
Tel 289870866 Fax 289870018 E-mail amfaro@pan.com.pt
Site AM www.cm-faro.pt/pt/menu/55/assembleia-municipal.aspx

27 de 2019
154
P. Camelo

RECOMENDAÇÃO

Por mais segurança na animação noturna da Baixa da cidade de Faro

Considerandos:

1) *O turismo de Faro está a crescer e a afluência a restaurantes e espaços de diversão também*

Nos últimos anos temos assistido a uma maior afluência de turistas e abertura de novos espaços de restauração e de animação noturna no concelho de Faro. Isto deve-se à massificação das ligações áreas de baixo custo cada vez mais dinamizadas pelo aeroporto, mas essencialmente ao investimento realizado por muitos empresários, sobretudo jovens, que decidiram assim arriscar abrindo o seu estabelecimento ao público, com várias iniciativas inovadoras e diferenciadoras. Se Faro pretende continuar a crescer em termos turísticos e a aumentar a qualidade dos espaços de restauração e animação noturna que oferece a visitantes e residentes, é necessário que exista uma estratégia municipal de valorização e requalificação da zona de diversão noturna da Baixa de Faro.

2) *A Rua do Prior, a Rua Conselheiro Bívar e as ruas adjacentes encontram-se deterioradas e pouco cuidadas há demasiado tempo*

Apesar das várias promessas eleitorais desde 2013 relativas à requalificação da calçada e iluminação da Rua do Prior, assim de como todas as ruas adjacentes, a concretização de qualquer uma destas obras não tem qualquer início previsto. O sistema de videovigilância que foi anunciado para esta zona não passa de uma promessa sem data para arranque e conclusão e o tratamento de resíduos é deficiente. Isto é revelador da falta de cuidado para com os privados, empresários e moradores, que têm procurado investir e requalificar o espaço urbano desta zona.

3) O Conselho Municipal de Segurança não reúne regularmente e não cumpre o seu regulamento

O Conselho Municipal de Segurança tem como objetivos contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem, formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no município de Faro e participar em ações de prevenção, promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social no município e aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportuno e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social. O Senhor presidente da Câmara Municipal de Faro que preside a este órgão, não convocando o Conselho Municipal de Segurança, demite-se assim das suas responsabilidades para com a segurança e salvaguarda de todos aqueles que vivem, trabalham e visitam a zona de animação noturna da baixa de Faro. São vários os relatos de violência e comportamentos desviantes registados nesta área que obrigam a uma cabal resposta por parte do Município e do seu Executivo.

Perante o exposto, a bancada do Partido Socialista propõe ao plenário da Assembleia Municipal que delibere recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Faro:

1- Que o Conselho Municipal de Segurança cumpra o seu regulamento, nomeadamente o artigo 6.º, no que diz respeito à periodicidade de reuniões e, dentro das competências que lhe

estão atribuídas, se pronuncie sobre o tema da segurança noturna da Baixa de Faro, ouvindo os moradores e empresários locais;

2- Que envide esforços para que seja reforçado o policiamento de proximidade, pela Polícia de Segurança Pública, nas áreas de maior concentração noturna na Baixa da cidade de Faro e durante o período de funcionamento dos diversos estabelecimentos;

3- Que sejam despoletados os procedimentos necessários à implementação de um sistema de videovigilância na Rua Conselheiro Bívar, Rua do Prior e outras ruas adjacentes, à semelhança do que tem vindo a ser feito por parte de outros municípios algarvios;

4- Que se proceda à urgente requalificação da calçada e da iluminação da Rua do Prior e ruas adjacentes até ao final do ano 2020;

5- Que sejam realizadas campanhas de sensibilização junto da população mais jovem, nomeadamente nas escolas do ensino básico e secundário, sensibilizando para os benefícios de uma vida saudável;

6- Que sejam reforçados os circuitos de limpeza urbana, com vista à recolha, preferencialmente seletiva, dos resíduos resultantes da diversão noturna, tendencialmente no período antes do amanhecer.

A bancado do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Faro

28 de junho de 2019

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Medidas de proteção das populações de abelhas e criação de apiários comunitários

A população de abelhas está em declínio a nível mundial. O uso de pesticidas, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade vegetal e o mono cultivo, a poluição e a perda de habitats, assim como a existência de espécies invasivas são os fatores responsáveis referidos por vários estudos científicos e relatórios.

As abelhas e outros polinizadores são fundamentais para a segurança alimentar uma vez que cerca de três quartos das colheitas alimentares do planeta dependem das abelhas e de outros polinizadores para fertilizar as suas flores. É estimado que 84% das espécies vegetais e 76% da produção alimentar na Europa depende da polinização. Acresce que a apicultura é uma importante atividade económica e social que dinamiza as zonas rurais e o seu desenvolvimento, permitindo a criação de emprego. A apicultura potencia ainda a polinização, contribuindo para a manutenção da diversidade genética das plantas e para a preservação da biodiversidade como um todo. Em 1999, a Convenção sobre Diversidade Biológica, reunida em São Paulo, emitiu a “Declaração dos Polinizadores” onde reconhecia a situação crítica deste grupo de espécies e o seu papel fundamental para a biodiversidade.

No caso particular dos pesticidas, as abelhas estão facilmente expostas direta e indiretamente, nomeadamente através do seu deslocamento no vento e pela contaminação das águas, do néctar e do pólen. O uso ao ar livre de alguns pesticidas neonicotinoides está proibido na União Europeia para proteger as populações de abelhas.

A *Vespa velutina nigrithorax*, também conhecida por “vespa asiática”, tem surgido de forma alarmante em mais zonas do país e tem já uma elevada presença na região de Aveiro. A *Vespa velutina* preda artrópodes variados, com maior incidência em himenópteros, como as abelhas polinizadoras. Contudo, esta espécie não faz

polinização. Perante as condições favoráveis que encontra em Portugal, a *Vespa velutina* expande continuamente a sua área de ocorrência, causando impacto em zonas progressivamente mais alargadas. Esta propagação traduz-se em ameaças para o meio ambiente, para a agricultura, para a saúde pública e para a apicultura.

A presente proposta recomenda a implementação de um conjunto de medidas de proteção das populações de abelhas, nomeadamente com campanhas próprias para a proteção das abelhas e para os riscos e comportamentos perante a vespa velutina. Recomenda ainda que a autarquia crie um programa de apiários comunitários, deixando ao executivo a melhor forma de implementação, nomeadamente de modo próprio ou podendo recorrer a protocolos com associações sem fins lucrativos.

A Assembleia Municipal de Faro, na sua sessão ordinária de 28 de junho de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Faro:

- 1. Campanha de sensibilização para a proteção da população de abelhas, nomeadamente programas de educação ambiental;**
- 2. Criação de apiários comunitários;**
- 3. Promova uma campanha de informação sobre a *Vespa velutina*, sobre os riscos associados e os comportamentos a adotar sempre que são detetados novos ninhos.**

Faro, 28 de junho de 2019

O membro do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Faro

27 06 2019
157

Amélia



Bloco de Esquerda

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Inclusão de análises à presença de glifosato na água destinada ao consumo humano (abastecimento de água)

O glifosato é o herbicida não seletivo mais vendido no país e no planeta. É profusamente utilizado em meio agrícola e também no espaço público das zonas urbanizadas e nas vias de comunicação.

Em 2015, a Organização Mundial de Saúde classificou o glifosato como comprovadamente cancerígeno em animais ^(de laboratório) e provavelmente cancerígeno em humanos.

A Plataforma Transgénicos Fora recolheu e mandou analisar amostras de urina de 62 voluntários, _____. Em julho de 2018, 44 apresentavam glifosato na urina. Em outubro todas as 62 amostras continham esse composto. Esta análise mostra que a exposição ao glifosato no país tende a ser contínua e é bastante alargada na sociedade.

No entanto, apesar dos riscos para a saúde pública e da existência profícua na sociedade, os programas de controlo da qualidade da água que contemplam a análise à presença de vários pesticidas na água para consumo humano, deixam de fora dessa exigência o glifosato.

O Bloco de Esquerda considera que as entidades gestoras da água destinada ao consumo humano no concelho de Faro devem incluir a análise à presença do pesticida glifosato, nos mesmos moldes definidos para outros pesticidas, e tornar essa informação pública.

A Assembleia Municipal de Faro, na sua sessão ordinária de 28 de junho de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Faro:

Que a as entidades gestoras da água destinada ao consumo humano no concelho de Faro incluam o glifosato nas análises à presença de pesticidas que efetua.

Faro, 28 de junho de 2019

O membro do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Faro

27 06 2019
158

Família



Bloco de Esquerda

Assembleia de Municipal de Faro

VOTO DE PESAR

NEM MAIS UMA: PELAS 16 MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL

A realidade volta a confirmar aquela que é a frase mais reveladora da nossa incapacidade, enquanto sociedade, de erradicarmos este flagelo social que é a violência doméstica, o crime que mais mata em Portugal. Só em 2019 já se somam 18 vítimas mortais em contexto de violência doméstica. A maior parte destas vítimas, 16, são mulheres, confirmando-se que é um crime que carrega a marca de género. Nos últimos 15 anos já morreram mais de 500 mulheres às mãos da violência machista. Uma média de 35 mulheres assassinadas por ano.

Este é, à semelhança de outros crimes, como por exemplo a violação, um crime de género, que atinge as mulheres, tirando-lhes a vida e, quando tal não acontece, lhes destrói a vida pessoal, profissional e familiar. Há 18 anos, legislou-se no sentido de garantir que este crime era um assunto de todos e todas. Passado todo este tempo, há ainda muito para fazer, muitas mulheres e crianças para proteger.

A última vítima conhecida era residente em Lisboa, na freguesia da Penha de França. A 13 de junho foi assassinada às mãos do companheiro agressor, de quem vinha reportando o crime de violência doméstica desde 2017, conforme informação da PSP. Estavam a decorrer processos sobre duas queixas. O agressor tinha sido presente a interrogatório, mas nenhuma medida adicional foi tomada para proteger a vítima.

O Tribunal da Comarca de Lisboa decretou a prisão preventiva do agressor após o assassinato desta mulher, tendo ficado claro, com a informação até agora revelada,

que até este momento não se ativaram todos os meios possíveis para evitar a morte.

O crime de violência doméstica é o crime contra pessoas que mais mata em Portugal, mesmo quando as vítimas fazem queixa e pedem ajuda. Fica claro que ainda há muito a fazer para que o sistema atual consiga proteger quem precisa e não manter o sentimento de impunidade vigente entre agressores.

Assim, continua a afigurar-se necessário responder à incapacidade de várias instâncias competentes atuarem com a celeridade exigida e de ativarem todos os mecanismos ao seu alcance para proteger as vítimas de violência doméstica.

A Assembleia Municipal de Faro, reunida em 28 de junho de 2019, delibera:

Expressar o seu profundo pesar pela morte de 16 mulheres, e de todas as vítimas de violência doméstica até junho de 2019.

Faro, 28 de junho de 2019

O membro do BE na Assembleia Municipal de Faro

VOTO

SAUDAÇÃO À 20ª MARCHA DO ORGULHO, DE FARO

Este ano celebram-se os 50 anos da Revolta de Stonewall, em Nova York, nos Estados Unidos. Foi no dia 28 de junho de 1969 que - depois de a polícia ter entrado num bar que recebia abertamente homossexuais, o Stonewall Inn - se iniciaram uma série de revoltas contra as constantes investidas das forças da ordem aos locais de encontro das pessoas LGBT desta cidade. Estas iniciativas acabariam por resultar em vários movimentos e organizações pelos direitos LGBT por todo o país, alastrando este movimento para o resto do mundo. Dois anos depois começariam a surgir as primeiras marchas de orgulho gay em Nova York, Los Angeles, São Francisco e Chicago, em comemoração do aniversário dos motins. Depois disso, e depois de muitas lutas, o mês de junho tornou-se no mês do orgulho LGBT por todo o mundo.

Em Portugal, a Marcha do Orgulho LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Interssexuais) começou na cidade de Lisboa há 20 anos atrás, pouco tempo depois de terem sido apresentados, na Assembleia da República, os primeiros projetos-lei para acabar com a discriminação introduzida pela Lei das Uniões de Facto. Hoje, 20 anos depois, surgem Marchas do Orgulho por várias cidades do país, como foi o caso recente de Faro, com uma grande participação e apoio da população não LGBTI+.

Recordando que só em 1982 se consegue a descriminalização da homossexualidade em Portugal, hoje a igualdade em função da orientação sexual está consagrada na lei: no acesso ao casamento e à adoção, no direito à autodeterminação de género e no princípio constitucional da igualdade que garante tratamento igual e a proibição da discriminação. A realidade hoje é muito diferente da que vivíamos na viragem para o século XXI, hoje temos centros de acolhimento LGBTI, temos mais informação, planos

de ação para a inclusão, formação para a cidadania e igualdade, temos uma sociedade mais aberta e inclusiva.

No entanto, com a onda de reação de vários setores políticos mais conservadores que pretendem reverter os processos alcançados por estas lutas, assinalamos aqui a importância da continuação e da participação na Marcha do Orgulho, pelo seu cariz reivindicativo e histórico, de luta e resistência. Urge, portanto, a necessidade de uma luta pela igualdade. Não apenas na lei, mas também na sociedade.

A Assembleia Municipal de Faro, reunida em 28 de junho de 2019, delibera:

1. Saudar as Marchas do Orgulho LGBTI+ que se realizaram em várias cidades do País, nomeadamente, Faro, e todas as pessoas e organizações que contribuíram para esta iniciativa;
2. Remeter o presente documento para a organização da Marcha do Orgulho, de Faro.

Faro, 28 de junho de 2019

O membro da Assembleia Municipal de Faro

VOTO

SAUDAÇÃO AO DIA MUNDIAL DOS REFUGIADOS

Celebrou-se no passado dia 20 de junho o Dia Mundial dos Refugiados.

É particularmente importante assinalar esta data no ano em que vivemos, dado que, de acordo com os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, nunca houve tantos refugiados como hoje. Em 2018, ano do último registo disponível, os números ultrapassaram os 70 milhões, ou seja, uma pessoa em cada 108 do total da população mundial. É o maior recorde dos últimos 20 anos, ultrapassando até o limite traçado aquando da II Guerra Mundial. Isto significa que, a cada dia, perto de 37 mil pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas devido a guerras, conflitos, perseguições e alterações climáticas. De registar ainda que as crianças são uma parte significativa do total destas pessoas, muitas das quais se encontram sozinhas em trânsito, ou nos campos de refugiados e de deslocados internos.

Ao mesmo tempo que assistimos ao crescimento do número de refugiados verificamos, infelizmente, uma diminuição da solidariedade para com estas pessoas, nomeadamente em países que são confrontados com grandes números de refugiados.

Felizmente, Portugal tem-se destacado de forma positiva na disponibilidade para o acolhimento de refugiados, ainda que abaixo das expectativas e metas inicialmente definidas. No âmbito do programa de recolocação, entre 2015 e 2018, o país acolheu 1548 pessoas, menos de metade dos 4574 acordados. Acresce que devido a constrangimentos burocráticos e logísticos o processo de integração é difícil e complexo. Quem foge da guerra, da perseguição ou de crises ambientais não deve ter a sua vida bloqueada por processos kafkianos.

Acolher é importante, mas além disso é necessário integrar as pessoas que nos chegam. Os refugiados em Portugal são confrontados com duros processos burocráticos que atrasam o desejo de reagrupamento familiar, a validação de competências e o acesso pleno aos direitos básicos. Além disso, a falta de uma oferta consistente de cursos de língua portuguesa agrava aquela que é à partida uma condição de vulnerabilidade.

A Assembleia Municipal de Faro, reunida em 28 de junho de 2019, delibera:

1. Saudar o Dia Mundial dos Refugiados, saudando todos e todas aquelas que até ao momento chegaram a Portugal nesta situação;
2. Garantir que toda a articulação necessária e possível seja feita com o município e o Estado Central para que sejam assegurados todos os direitos humanos dos refugiados no período pós acolhimento de 18 meses;
3. Instar o Estado Central para que sejam cumpridas todas as suas obrigações, tanto financeiras como logísticas no processo de integração;
4. Remeter o presente documento ao Senhor Primeiro Ministro e a todos os partidos representados na Assembleia da República.

Faro, 28 de junho de 2019

O membro do BE na Assembleia Municipal de Faro



27.06.2019
161

RECOMENDAÇÃO

Plano

Pela Municipalização do Controlo do Estacionamento Tarifado

O **Partido Socialista**, nos vários órgãos municipais, já por diversas vezes se comprometeu pela organização tarifada do estacionamento rodoviário e assim pela melhoria do acesso e rotação aos espaços disponíveis para a vivência do centro da cidade por todos.

Seja porque viabilizámos, desde sempre, o estabelecimento do tarifário e a cessação da sua concessão a privados, seja com a defesa da criação da Polícia Municipal para a melhoria do cumprimento das regras de circulação e segurança nas vias para circulação automóvel ou pedonal, além da criação de bolsas de estacionamento exterior com facilitação de acesso através de transporte coletivo e/ou meios alternativos de mobilidade.

Infelizmente ficou demonstrado que a maioria no Executivo prefere usar estes bons princípios e a nossa adesão para afinal tentar desorçamentar as respetivas receitas e continuar com a sua utilização sem controlo e através da gestão desregrada que tem caracterizado a empresa AMBIFARO.

Constata-se que este Executivo tudo tem feito para se furtar à auditoria à Ambifaro aprovada pelos órgãos competentes, há precisamente 12 meses, mantendo-se a exploração deficitária, à qual se pretende juntar mais este pecúlio das tarifas assim cobradas, o PS propõe à Assembleia Municipal de Faro que use as suas competências de representação dos interesses dos munícipes para **RECOMENDAR** à Câmara Municipal que:

- **Submeta à aprovação desta Assembleia Municipal a necessária proposta de internalização pelos serviços do município da gestão, exploração e fiscalização do estacionamento de duração limitada.**

A bancada de representantes municipais do PS na Assembleia Municipal de Faro

28 de junho de 2019